

## 2. Perfil dos sujeitos pesquisados

Eliana Bolorino Canteiro Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, EBC. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Perfil dos sujeitos pesquisados. pp. 51-73. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 2

# PERFIL DOS SUJEITOS PESQUISADOS

*“O homem, por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo – é, na medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como instituição e gozo efetivo do modo de existência social, tanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.”*

(Marx, 1974, p.16)

A profissão do assistente social é tecida por sujeitos sociais que trazem a marca de sua condição de classe social e de gênero, etnia e cultura adquirida, numa relação dialética entre o individual e o coletivo, construída em diferentes contextos históricos, uma identidade profissional constituída e constituinte. Diante desse pressuposto, é importante delinear um breve perfil dos assistentes sociais inseridos na política de educação municipal de São Paulo, conhecendo algumas características pessoais e profissionais. As informações a seguir referem-se aos 55 assistentes sociais que atuam nos 28 municípios que participaram desta pesquisa.

## Características pessoais

Apresentam-se, a seguir, algumas características pessoais do conjunto de assistentes sociais pesquisados, que interagem na construção da identidade profissional dos assistentes sociais da educação paulista.

Quase a unanimidade de profissionais é do sexo feminino, ou seja: 98,18%, sendo apenas 1,82% do sexo masculino, o que corresponde à realidade profissional, cuja identidade, historicamente construída, é marcada pela presença da mulher.<sup>1</sup> O perfil sócio-histórico dos assistentes sociais tem traços marcantes: é uma profissão “atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma” (Iamamoto, 1998, p.64).

Iamamoto (1998, p.64) aponta ainda uma interessante questão sobre esse recorte de gênero que, em seu entendimento, explica “os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico”.

No contexto da educação, acrescenta-se que a maioria dos educadores também é do sexo feminino, portanto, partícipe dessas questões atinentes ao gênero na sociedade brasileira. Em contrapartida, é importante ressaltar os traços político-culturais, historicamente construídos pelo serviço social e pelos educadores, protagonistas de lutas na afirmação de direitos sociais. No momento atual, de profundas transformações no mundo do trabalho, na era da reestruturação produtiva, no processo de “acumulação flexível” (Harvey, 1995), aprofunda-se a superexploração da força de trabalho e inclui-se a força de trabalho feminina, que emancipa a mulher, ainda que de modo parcial, e “precariza de modo acentuado; oscilando, portanto entre a emancipação e a precarização, mas buscando caminhar da precarização para a emancipação” (Nogueira, 2004, p.94).

---

1 O protagonismo da mulher na sociedade tem sido essencial, derrubando fronteiras e desfazendo preconceitos, em diferentes áreas. Por exemplo, segundo indicam os dados do IBGE, a participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou 2,5% em 2003, contra 1,6% dos homens, demonstrando o crescimento da força de trabalho feminina.

De acordo com essa perspectiva, as profissionais, assistentes sociais, não estão alheias a esse processo, conciliando ainda a dupla jornada, entre “trabalho e casa”. A solicitação da indicação do estado civil das assistentes sociais ilustra exatamente essa questão, mostrando as inserções sociais que acabam influenciando nas condições profissionais. A maioria dos profissionais, 65,45%, tem a condição de casada; 18,18% declararam ser solteiros; 12,73% indicaram a opção de estado civil separado ou divorciado; e 3,64% dos profissionais não responderam.

Em relação à faixa etária, há uma concentração em dois grupos: primeiro está a faixa etária de 31 a 40 anos, representando 45,45% dos sujeitos pesquisados; em seguida, a faixa etária entre 41 e 50 anos, com 34,54%; além de 12,72% na faixa etária de 20 a 30 anos, e uma pequena parcela, 7,29%, acima de 50 anos. A concentração de assistentes sociais na faixa etária entre 31 e 50 anos (79,99%) é uma questão plena de significados para a compreensão dos vínculos com o trabalho, pois envolvem a formação de valores influenciados pelo contexto histórico no qual foram formados e que são espectros de comportamentos e posicionamentos diante da prática profissional desencadeada nas instituições educacionais.

Esses profissionais vivenciaram, em sua juventude (décadas de 1960, 1970 e 1980), momentos históricos contraditórios, marcados pela transição do regime militar para o processo de democratização do Brasil. Período de crises econômicas, políticas e culturais que, certamente, influenciou sua formação pessoal e profissional.

Diante da importância do conhecimento da realidade social, da conjuntura nacional, estadual e especificamente dos processos sociais que ocorrem no município e trazem determinações para a prática profissional do assistente social, foi solicitado aos profissionais especificar se residem no município onde trabalham e há quanto tempo.

Grande parte dos 55 profissionais pesquisados, 76,37%, reside no município onde trabalham, e o restante, 23,63%, mora em outras cidades. Dos 76,37% de profissionais que moram no município em que trabalham, questionados em relação ao tempo de fixação nesse município, constatou-se que 30,95% são nascidos no próprio município e moram lá desde o nascimento. O restante, 45,42% dos profissionais, é

proveniente de outras localidades. Ressalta-se que residir no município onde trabalha facilita a inserção social do profissional na vida política e social do município.

## Formação profissional

A formação profissional é uma das grandes preocupações da categoria profissional do serviço social e por isso vem sendo alvo de debates mobilizados, especialmente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).<sup>2</sup> Ressalta-se que a distribuição das instituições educacionais que oferecem o ensino de graduação em Serviço Social no Brasil é irregular, com evidente concentração na Região Sudeste do país, conforme informações da Abepss, em 2005, ou seja, na Região Norte há seis instituições; na Região Nordeste há 11 instituições; na Região Centro-Oeste há cinco; na Região Leste há 14; na Região Sul I há 23, e na Região Sul II há 24 instituições.

A situação dos assistentes sociais pesquisados demonstra que são provenientes de várias unidades educacionais, concentrando a maioria na Região Sul II, com 94,56%; na Região Sul I, 3,63%, e finalmente, na Região Nordeste, 1,81%.

Outra característica marcante em relação à formação profissional dos assistentes sociais relaciona-se à natureza das instituições onde foram formados, e apenas 7,28% dos assistentes são provenientes de instituição pública, a única existente no estado de São Paulo (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp), e os demais 92,72% são formados em instituições privadas, demonstrando a

---

2 Abepss: entidade sem fins lucrativos, criada em 1946 (inicialmente denominada Associação Brasileira de Serviço Social – Abess) constituída pelas Unidades de Ensino de Serviço Social, possuindo atualmente 83 Instituições de Ensino afiliadas, e dessas, apenas cinco são públicas. A Abepss é formada por seis regiões: Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Leste, Região Sul I e Região Sul II. A Região Sul I é formada pelos seguintes estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a Região Sul II, pelos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

mercantilização do Ensino Superior com o avanço do ensino particular no Brasil, em detrimento do investimento público.

Apesar de as instituições de graduação dos profissionais pesquisados estarem concentradas na mesma Região Sul II, especialmente no estado de São Paulo, a diversidade de instituições de ensino aponta diferentes perspectivas de formação profissional, embora o ensino de graduação em Serviço Social seja regido por um currículo mínimo, proposto pela Abepss, após 1982. O processo histórico construído em cada unidade de ensino, sua inserção no debate sobre a profissão, enfim, suas peculiaridades interferem na direção social proposta na formação profissional.

Outra questão que influencia na construção da identidade profissional refere-se ao período histórico de formação dos profissionais. Verifica-se que o período em que há maior incidência de conclusão de curso dos assistentes sociais pesquisados é a década de 1990, com 40% de incidência, em seguida, a década de 1980, perfazendo um total de 34,54%. Na década de 1970, após 1975, encontram-se 12,73% dos assistentes sociais, e a conclusão mais recente ocorreu a partir do ano 2000, com 12,73% de assistentes sociais. Interpretando essas informações, é possível apontar que os 55 profissionais pesquisados formaram-se após a segunda metade da década de 1970; portanto, no momento em que ocorreu, na América Latina, e especificamente no Brasil, o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social.<sup>3</sup>

Esse movimento se insere no “contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem nos anos de 1960, que traz novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõe a América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado” (Yasbek, 1999, p.24).

Nesse contexto, a profissão assume as inquietudes e insatisfações desse momento histórico e dirige seus questionamentos ao serviço social tradicional (perspectiva positivista, de orientação funcionalista, conservadora) propondo uma revisão geral, nos níveis teórico, metodológico, operativo e político.

---

3 Verificar análises sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social em Netto (1990), entre outros.

Segundo Yasbek (1999), emergiram, no bojo do Movimento de Reconceituação, diferentes vertentes de análise que orientam o exercício profissional:

- a vertente modernizadora: incorporando abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas voltadas para a modernização conservadora. A instituição e a profissão são fundamentadas na busca da eficiência e eficácia (modernização tecnológica);
- a vertente inspirada na fenomenologia: tendência que prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos, de acordo com Netto (1990) é uma reatualização do conservadorismo;
- a vertente marxista: traduzida pela consciência da profissão e de sua inserção na sociedade de classes. Aproxima-se da teoria marxista, porém sem o aprofundamento das obras de Marx.

Esses referenciais acompanham o processo de amadurecimento da profissão, construindo, com uma aproximação da teoria marxista, uma vertente comprometida com a ruptura, conforme análise de Netto (1990); posicionamento que é hegemônico nas entidades representativas da formação e do exercício profissional (Conselho Federal de Serviço Social – Cfess/Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – Cress/Abepss). A obra de Yamamoto (1982) torna-se um divisor de águas na produção crítica do serviço social e inicia a efetiva interlocução da profissão com a teoria social de Marx.

O contexto social dos anos 1980, período de efervescência política com o fortalecimento do movimento de democratização do país, iniciado com a resistência à ditadura na década anterior, repercute na profissão, situação representada pela organização e mobilização da categoria na realização do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas), realizado em São Paulo, que demonstrou a busca de alternativas aos desafios do processo histórico brasileiro para a sociedade em geral, e particularmente para a categoria profissional.

A passagem dos anos 70 aos 80 com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais,

abriu novas perspectivas para os Assistentes Sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. (Netto, 2005, p.17)

Em relação à formação acadêmica, nesse período, houve amplo debate da categoria profissional e instituiu-se um currículo mínimo, de âmbito nacional, e também se consolidou a pós-graduação (mestrado e doutorado), fortalecendo a produção de conhecimentos no serviço social brasileiro, sendo a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) a primeira instituição a implantar o doutorado.

Entre 1994 e 1996, foram realizadas várias oficinas nas unidades acadêmicas filiadas à Abepss visando à revisão curricular, organizando uma proposta nacional para o serviço social, que foi aprovada em assembleia geral da Abepss em novembro de 1996, e encontra-se em vigor até os dias atuais. Essa proposta curricular é formada por:

Diretrizes que estabelecem um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. (Abepss, 1996)

O que se sobressai no projeto que fundamenta esse currículo é que ele inaugura uma direção social fundada no paradigma da teoria social crítica, indicando uma ruptura com as fontes tradicionais da profissão. Nesse sentido, o serviço social, profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, possui uma dimensão histórica. Portanto, a compreensão da profissão só é possível interpretando-se o processo de produção e reprodução da vida social nas diferentes conjunturas históricas. Em cada realidade social, inserida em dado momento histórico, existem determinações que influenciam tanto as demandas profissionais quanto suas respostas, munindo-se de estratégias de enfrentamento organizadas pela categoria profissional.

Na década de 1990, instauraram-se os marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado e o



avanço da lógica liberal, alterando o contexto político, econômico e social da realidade brasileira, provocando várias mudanças sociais, como as transformações no mercado de trabalho acopladas ao mote da flexibilização, o desgaste das bases do Sistema de Proteção Social e o redirecionamento das intervenções do Estado em relação à questão social, alterando-se as políticas sociais.

A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação. Os impactos da redução dos gastos sociais e a consequente deteriorização dos serviços sociais públicos dependeram das relações entre Estado e sociedade, das desigualdades e das políticas sociais anteriormente existentes ao programa de “contrarreforma”. (Iamamoto, 2004, p.121)<sup>4</sup>

A lógica predatória imposta pelo capitalismo globalizado, com a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores, reitera as desigualdades, gestando novos impasses e desafios para toda a sociedade e, especialmente, para os assistentes sociais: trabalho infantil, violência doméstica, discriminações de gênero, raça e etnia, drogas e tantas outras questões relativas ao acirramento da desigualdade social.

Contraditoriamente a esse contexto adverso, o serviço social, em conjunto com as lutas sociais travadas pela sociedade num processo histórico de grandes embates, empenha seus esforços para garantir a conquista dos direitos sociais constitucionalmente regulamentados. Nesse prisma, o desafio da profissão é a consolidação do projeto ético-político,

[...] que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. (Netto, 1999, p.104)

---

4 Em relação ao projeto neoliberal e às políticas sociais, ver Behring (2003).

O projeto profissional do serviço social, construído coletivamente pela categoria, expressa o processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão e revela o desenvolvimento teórico e prático da profissão, fruto do embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador.

A base normativa desse projeto profissional expressa-se na Lei n.8.662, de 1993, que regulamenta a profissão, e no Código de Ética Profissional, de 1993, que prescreve os seguintes princípios:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, da emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia – da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Destaca-se, no referido Código de Ética Profissional, a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante *aprimoramento intelectual*”; e também “o compromisso com a qualidade dos *serviços prestados à população* e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de *competência profissional*” (Cfess, 1993). O “aprimoramento intelectual” e a “competência profissional” não devem ser analisados pelo viés tecnicista de simples adequação do profissional de serviço social, mas desenvolver uma visão crítica e emancipadora em relação à complexidade da sociedade e de suas relações. Para que o serviço social possa trabalhar em prol da emancipação e da formação dos indivíduos.

Essa formação, além da visão crítica adquirida no próprio contato com diferentes classes e conflitos sociais, ocorre formalmente nos cursos de pós-graduação, *stricto e lato sensu*.

Frequentaram cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado 30 profissionais, portanto 54,55%, e os demais profissionais, 45,45%, não participaram de nenhum curso de pós-graduação, sendo distribuídos da seguinte forma:

- Mestrado, 1,82%, realizado na Unesp de Franca, concluído no ano de 1999.
- Especialização, 32,73%.
- Aperfeiçoamento, 5,45%.
- Aperfeiçoamento e especialização, 9,09%.
- Duas especializações, 1,82%.
- Cinco especializações, 1,82%.
- Especialização e aluna especial de mestrado, 1,82%
- Nenhum curso, 45,45%.

Visando complementar essas informações, acrescenta-se o período em que os 45 cursos já descritos foram realizados, e o maior porcentual, 80%, está concentrado de 2000 a 2005; 11% na década de 1990; e na segunda metade da década de 1980 estão 9%. Observa-se que nos últimos anos amplia-se a busca pela qualificação profissional, condizente com o contexto atual das desigualdades sociais, fruto das complexas relações capitalistas acirrando as expressões da questão social, foco da prática profissional. Por sua vez, responde às exigências do mercado de trabalho cada vez mais excludente.

A seguir, são registrados os temas centrais desses cursos e sua incidência.

Alerta-se para o fato de o mesmo profissional ter realizado mais de um curso e, portanto, mais de um tema.

### Quadro 3 – Distribuição dos temas dos cursos de pós-graduação realizados pelos assistentes sociais

Temas Centrais	Incidências
Pedagogia – Educação Formal	8
Terapia Familiar (Sistêmica)	7
Administração – Recursos Humanos	8
Violência Doméstica	10
Políticas Sociais Públicas	4
Serviço Social – Metodologia Supervisão	3
Serviço Social Escolar	1
Saúde Mental / Psicoterapia	4
Total	45

Fonte: Pesquisa realizada com os assistentes sociais que atuam na área da Educação nos municípios paulistas, período 2005-2006.

Analisando a incidência das temáticas desses cursos, observou-se a seguinte relação em ordem decrescente:

1. Violência doméstica (10).
2. Pedagogia ou educação formal, juntamente com a temática administração e planejamento de recursos humanos (8).
3. Terapia familiar (7).
4. Políticas Públicas, com a mesma incidência da temática saúde mental (4).
5. Serviço social escolar, curso de aperfeiçoamento, incluindo conteúdos referentes à educação especial, educação inclusiva, questões do processo de ensino e aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1).

As informações descritas apontam que a maior incidência dos cursos de pós-graduação frequentados pelos assistentes sociais que atuam na educação estão relacionados, em primeiro lugar, à temática que aborda a violência doméstica,<sup>5</sup> seguida dos conhecimentos

5 “Violência doméstica contra criança e adolescente é todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e adolescente. São classificadas como: violência física, sexual, psicológica” (Guerra, 2004). O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n.8.069 de 13/9/1990, coloca sob proteção a criança e o adolescente contra qualquer forma de maus-tratos e determina penalidade para quem pratica o ato e para quem se omite em denunciá-lo.

referentes à pedagogia, e, em terceiro lugar, à terapia familiar. Os cursos que tratam especificamente do serviço social e das políticas públicas, *locus* prioritário de intervenção do serviço social, não são priorizados.

Relacionando essas informações com a prática profissional, observa-se que os motivos que justificam o interesse profissional por esses temas específicos visam responder às demandas/requisições postas para esses profissionais. Identificou-se que uma dessas demandas relaciona-se com a questão da violência doméstica, que implicitamente traz à tona situações relacionadas à dinâmica familiar.

A presença cotidiana de crianças e adolescentes nas unidades educacionais e a relação próxima entre os educadores e alunos tornam essas instituições locais privilegiados para a identificação de situações de violência doméstica. É, portanto, primordial que os profissionais que atuam nesse espaço institucional estejam preparados para identificar esse fenômeno sociofamiliar, assim como efetivar os devidos encaminhamentos.

O serviço social tem sido grande aliado na luta para que os índices de violência doméstica sejam reduzidos, efetivando ações de cunho preventivo e de acompanhamento das situações identificadas, intervindo no âmbito da família.

O interesse dos assistentes sociais pelos conhecimentos específicos da área da Pedagogia justifica-se pela área de atuação profissional, a educação, porém fica uma lacuna em relação à necessidade de o profissional conhecer a política de educação para interpretar seus meandros, visando criar estratégias que qualifiquem as respostas profissionais efetivadas nessa área.

A intervenção junto às famílias<sup>6</sup> é historicamente constituída como uma das atribuições do assistente social, e, conforme indicado pelos profissionais pesquisados, tem sido uma demanda institucional

---

6 Concepção de família, segundo a vertente sócio-histórica: “pessoas que convivem juntas, assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo a relação de cuidados entre adultos e deles com as crianças e idosos. A família se modifica de acordo com a realidade vivida, tendo relação com o contexto em que se insere, sofrendo alterações ao longo dos tempos” (Szymanski, 1992, p.15).

sempre presente no contexto da educação, o que justifica o interesse pelos cursos específicos de terapia familiar.

Na questão referente ao trabalho do assistente social com famílias, coexistem posicionamentos diferentes em relação às teorias que devem fundamentar essa prática. A utilização dos conhecimentos e até a aplicação da terapia familiar sistêmica têm sido largamente divulgadas. Amplia-se a participação de assistentes sociais nos cursos de terapia familiar: os dados desta pesquisa ilustram essa afirmação, sendo corroborado em outras pesquisas que investigam a prática profissional dos assistentes sociais.<sup>7</sup>

Entende-se que nos espaços das instituições educacionais não cabe uma intervenção profissional dos assistentes sociais com as famílias, na perspectiva terapêutica, conforme proposta pela terapia familiar, mas sim uma intervenção na relação da família com o Estado, especificamente por meio das políticas públicas. De acordo com os estudos de Mioto e Campos (2003), os sistemas atuais de proteção social, tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais, referendam a centralidade da família nos programas sociais, especialmente a partir da década de 1990, sendo possível afirmar que no país temos uma orientação eminentemente “familista”.<sup>8</sup>

Nesse sentido, é imprescindível que o assistente social, ao atuar com famílias, reconheça que nas últimas décadas, após ajuste estrutural, a família tem empobrecido e, conseqüentemente, vem diminuindo sua capacidade protetora. Portanto, é necessário estar atento para não “culpabilizar”, mais uma vez, a família pelas questões sociais, mas aglutinar esforços visando à atenção pública, o que supõe investir na

---

7 Cf. Torres Mascarenhas (2006). Essa pesquisa destaca que 24,28% dos cursos de especialização realizados pelos assistentes sociais pertencentes ao cone leste paulista são na área de Terapia Familiar Sistêmica.

8 “Familismo, na expressão empregada por vários autores, em especial Esping-Andresen (1999) e Sacareno (1994), deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de familismo não deve ser confundido com aquele que é pró-família” (Miotto; Campos, 2003, p.170).

construção de redes sociais que ofereçam apoio e recursos materiais, combinando investimentos na esfera material e orientações ético-culturais pertinentes às exigências que lhe são conferidas no terreno da produção e socialização dos indivíduos.

De forma geral, evidencia-se a preocupação dos assistentes sociais em adquirir conhecimentos específicos que lhes possibilitem qualificar a prática profissional desenvolvida e que não foram suficientemente abordadas no decorrer do processo de graduação. A compreensão de como esses cursos qualificam a ação desencadeada pelo serviço social na política de educação pode, inclusive, apontar conteúdos a serem incorporados na formação profissional. Essa questão está ancorada no debate profissional em relação à formação profissional, ou seja, se deve ser generalista ou especialista.

Ratifica-se o posicionamento de Netto ao afirmar sobre a importância de manter o perfil generalista da graduação, capaz de decifrar a realidade social, numa perspectiva crítica, e instituir a especialização como requisito para o exercício profissional. Essa posição:

[...] delinea a única solução que me parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada dos anos 90: pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural de problemática focalizada. E é nessa alternativa, que se poder fundar consequentemente a noção de uma formação profissional contínua. (Netto, 1996, p.125)

Sob esse prisma, não há contraposição, e sim complementaridade entre a base generalista da explicação da realidade social e a capacitação especial dos profissionais que atuam em áreas específicas, conforme aponta Netto (1996). Ressalta-se que, no que se refere ao serviço social na área da Educação, tanto na graduação como na especialização, ainda são limitadas as oportunidades de debate teórico-prático acerca do serviço social nesse espaço sócio-ocupacional, nos mais diferentes níveis de atuação da política de educação pública.

O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nesta perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (Iamamoto, 1998, p.63)

Partindo dessa premissa, considera-se que o conhecimento das políticas sociais e, especificamente, da política da educação qualifica a prática profissional do assistente social. Considerando esse aspecto, os sujeitos desta pesquisa foram questionados, nas entrevistas focais, a respeito do posicionamento dos assistentes sociais sobre essa questão. Foram unânimes em afirmar a importância do conhecimento da política de educação, nos diferentes níveis de governo, e sua influência na política de âmbito municipal. Destacaram a importância de conhecer as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as diretrizes políticas da educação básica, especificamente Educação Fundamental e Educação Infantil, e também os aspectos que tratam do financiamento da educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Acrescentaram ainda, como essencial, o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), suporte jurídico de atenção a todas as crianças e adolescentes, conforme se pode perceber nos seguintes depoimentos:

Necessariamente, para atuar na área da educação, nós temos que ter conhecimentos dos dispositivos legais. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente é o desdobramento da Constituição Federal, assim como a LDB. Não tem como desvincular a nossa ação desta questão. Inclusive em relação ao trabalho de formação, que nós realizamos na secretaria, também faz referência à legislação. Nós temos de nós apropriar do conhecimento da legislação e também de outros conhecimentos que fazem parte da política de educação. Toda ação dos educadores na escola está pautada nestas leis, então nós não temos como não conhecer esta regulamentação. (AS – P. Prudente)



Entendemos que o Serviço Social é uma disciplina ampla. Nós atuamos amplamente, só que agora, como selecionamos a educação para trabalhar, obviamente, devemos ter uma linguagem diferente. Eu acho que esta linguagem vem através do conhecimento desta legislação: a LDB, o ECA, que está em vários campos não só na educação. Também os Parâmetros Curriculares Nacionais, enfim, toda a política de educação, então você passa a discorrer melhor sobre o assunto e entender melhor a função do professor. (AS – Limeira)

Um dos depoimentos, descrito a seguir, evidencia a necessidade de os assistentes sociais interpretarem criticamente a LDB, compreendendo seus meandros, sua intencionalidade política, apontando até mesmo uma crítica aos profissionais, mostrando a necessidade de debater a lei, fator essencial que pode indicar estratégias de ação coletiva em prol dos interesses da criança, do adolescente – e da família –, que frequentam a escola pública.

Isto é algo que tenho questionado muito, é essa questão. [...] às vezes a gente não amplia muito a discussão. Precisamos perceber até que ponto a gente também não está a serviço da própria LDB, que a gente sabe que muitas vezes não está pensando na criança que está na escola. Ou seja, a LDB não está a serviço da criança que está na escola, mas tem outras intenções. (AS – Limeira)

No âmbito geral, os profissionais reconhecem a importância do conhecimento do ordenamento jurídico que fundamenta a política de educação. Como é possível observar nos depoimentos, as leis e documentos mais citados são: o ECA, a LDB e os PCN. Constata-se, entretanto, que há ainda uma imperiosa necessidade de aprofundar os conhecimentos dos assistentes sociais a respeito do arcabouço legal e ideológico da política de educação, que é ancorado na LDB, mas que não se restringe a ela, pois existem fatores que extrapolam sua dimensão legal, dentre eles estão:

[...] a expressão e disputa de interesses diferenciados e por vezes conflituosos; a arquitetura institucional que ganha certa autonomia nas dinâmicas

e particularidades dos diferentes estabelecimentos da burocracia estatal e na relação entre as distintas instâncias governamentais; e o grau de organização e a capacidade de pressão e interferência das corporações e movimentos sociais. (Almeida, 2005, p.14)

O conhecimento do ordenamento jurídico que fundamenta a política de educação circunscreve-se como a etapa inicial do processo de análise que os profissionais precisam realizar para compreender a política de educação em sua totalidade, “não só como um aparato institucional legal e administrativo que se inscreve no âmbito do Estado, mas como espaço contraditório de disputas e que se altera histórica e politicamente mediante a ação dos sujeitos sociais” (ibidem). Assim, de acordo com os depoimentos dos sujeitos pesquisados, o conhecimento das legislações específicas e das diretrizes da política de educação e seus meandros são instrumentos imprescindíveis para o fortalecimento da prática profissional nesse espaço sócio-ocupacional, visando garantir a educação como direito social.

Fazendo um paralelo da inserção do assistente social na política de educação com a efetiva trajetória histórica do serviço social na política de saúde, verifica-se que o reconhecimento do serviço social, de sua contribuição efetiva nesse espaço sócio-ocupacional, firmou-se em decorrência do empenho em compreender a estrutura político-administrativa da política de saúde brasileira e do processo de envolvimento profissional nas lutas coletivas organizadas na saúde pública. A mesma compreensão precisa ocorrer com os assistentes sociais que atuam na política de educação, pois o:

[...] saber, ao mesmo tempo em que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, se tornando então instrumento do fazer, propõe-se também como desvendamento dos nexos políticos do social, tornando-se instrumento de poder. (Severino, 1995, p.53)

## Experiência profissional

Considerando que a formação profissional é um processo contínuo, construído também por intermédio de experiências concretas e reflexões teóricas, foi solicitado aos assistentes sociais que descrevessem as três últimas experiências profissionais. Do total de 55 assistentes sociais, 28% têm como primeira experiência profissional no serviço social o trabalho na área da Educação, e o restante, 72% realizaram trabalhos anteriores, em ordem decrescente, que se concentram nas seguintes áreas: Assistência Social, especialmente em prefeituras municipais; com Educação Especial, destacando-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae); e com o segmento criança e adolescente nas mais diferentes frentes de atuação, ou seja: adolescentes em conflito com a lei e em diversos projetos socioeducativos. Outras áreas com menor incidência são: Saúde Pública, Saúde Mental, Habitação, Empresa e Judiciário.

Com a intenção de avaliar a experiência profissional dos assistentes sociais, especificamente na área da Educação, questionou-se sobre o tempo que o profissional atua nessa área e observou-se a distribuição nos seguintes períodos:

- menos de um ano até dois anos, 29,10%;
- três a seis anos, 25,45%;
- oito a dez anos, 20%;
- doze a quatorze anos, 3,64%;
- quinze a dezesseis anos, 3,64%;
- dezessete a dezenove anos, 10,90%;
- não responderam essa questão, 7,27%.

Analisando esses dados, observou-se a incidência de contratação dos assistentes sociais na política de educação municipal no estado de São Paulo de acordo com os períodos, conforme segue: 10,90% foram contratados na década de 1980; 30,90%, na década de 1990; e 58,20%, no ano 2000 e seguintes. Assim, o maior índice de inserção profissional do assistente social na política de educação ocorreu nas décadas de 1990 e 2000, podendo inferir que as mudanças imprimidas

na educação após o advento da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 influenciaram a ampliação de contratação desse profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

As regulamentações jurídicas trazem mudanças no âmbito da educação, entre elas a transferência das creches da assistência social para a educação, a municipalização do Ensino Fundamental, a presença de projetos sociais no espaço escolar, a necessidade de ampliação da relação da escola com a comunidade, novidades que desencadeiam uma série situações que sobrecarregam os educadores e com as quais eles não conseguem lidar, questão que será problematizada no decorrer deste texto.

Complementando essa temática relacionada a informações sobre a formação continuada dos profissionais pesquisados, constata-se que, em relação à produção de conhecimentos, 16,37% deles não realizaram nenhuma produção científica, e a maioria, 83,63% possuem produções como artigos, comunicação oral, painéis, além de participação em eventos – dado que confirma a tendência desses profissionais em sintonizar-se com as instâncias de debate teórico da profissão.

Em relação à supervisão de estagiários de serviço social, verificou-se que apenas 27,28% dos assistentes sociais efetivam essa atividade profissional, portanto a maioria deles (72,72%) não realiza a supervisão de estagiários. Dentre os 15 profissionais que realizam a supervisão em serviço social, constatou-se o tempo que acumulam essa experiência, obtendo as seguintes escalas: a maioria, ou seja, 53,33%, realiza supervisão de estágio entre um e dois anos; 33,33%, entre quatro e cinco anos; e há mais de dez anos, 13,33%.

O estágio supervisionado é um momento privilegiado no processo de formação profissional do assistente social, pois representa a possibilidade de aproximação com a realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos que orientam o exercício profissional. O assistente social supervisor de campo:

[...] contribui com o aluno na particularização da problemática que envolve a ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institu-

cionais, o que exige uma apropriação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso e, em especial, às orientações adotadas no ensino da prática. (Iamamoto, 1992, p.206)

Ao efetivar o papel de educador, transmitindo conhecimentos e experiências, ocorre um processo de reflexão diante da realidade situada naquele determinado espaço sócio-ocupacional, exigindo do profissional supervisor uma avaliação constante dos limites e possibilidades institucionais e profissionais. Dessa maneira, enfrentar o desafio da supervisão exige uma aproximação mais efetiva do conhecimento científico, participando do processo de qualificação/capacitação desencadeado pelas instituições de ensino. O interesse e o empenho dos profissionais em relação ao exercício do papel de supervisor de campo têm duplo significado: contribuir com a formação profissional de futuros assistentes sociais e exercitar o processo reflexivo da prática profissional, qualificando-a diariamente.

Os 55 assistentes sociais foram abordados em relação à sua participação política em sindicatos, órgãos representantes da categoria profissional e conselhos de direito.

Evidenciou-se a participação de 29,09% dos sujeitos pesquisados nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e 34,55% nos órgãos representativos da categoria profissional Cress, restando, do total dos profissionais pesquisados, 36,36% que não participam.

A intenção de compreender a direção política da prática profissional desenvolvida pelos profissionais na área da Educação envolve a análise do grau de participação política especificamente nos conselhos de direito. Salienta-se que os conselhos de direito,<sup>9</sup> instâncias de exercício de

---

9 Conselhos de direito: “são considerados condutos formais de participação social, institucionalmente reconhecidos, com competências definidas em estatuto legal com objetivo de realizar o controle social de políticas públicas setoriais ou de defesa de direitos de segmentos específicos. Sua função é garantir, portanto, os princípios da participação da sociedade nos processos de decisão, definição e operacionalização das políticas públicas, emanadas da Constituição Federal. Ou seja: são instrumentos criados para atender e cumprir o dispositivo constitucional no que tange ao controle social dos atos e decisões governamentais” (Gomes, 1999, p.166).

experiência democrática, são espaço político em que o profissional tem oportunidade de lutar por ações afirmativas, oferecendo visibilidade ao projeto hegemônico da profissão, que está explicitado especialmente no Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Curriculares para formação dos assistentes social e na lei que regulamenta a profissão.

A participação do assistente social nos conselhos, representando os segmentos ou instituições em que atua, possibilita ser o porta-voz dos interesses coletivos, construindo articulações e parcerias com diversos atores envolvidos, visando, em última instância, ampliar o acesso da população a seus direitos. Portanto, o interesse dos profissionais por essa participação revela o grau de envolvimento desses com o aspecto político de seu trabalho.

De acordo com os dados, constata-se que, do total de 55 assistentes sociais, 22 (40%) participam de algum conselho, sendo a frequência distribuída da seguinte forma:

- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: participam 21,82% dos profissionais.
- Conselho Municipal de Assistência Social: participam 10,90%.
- Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: participam 1,82%.
- Conselho Municipal Antidrogas: participam 3,64% profissionais.
- Conselho Municipal de Educação: participam 1,82% dos profissionais.
- Não atuam em Conselhos de Direito, 60% dos profissionais.

Constata-se que ainda é pequena a participação dos assistentes sociais nas instâncias decisórias de poder, considerando a importância dessa contribuição, em razão da experiência social que possuem, podendo colaborar com a construção de uma cultura democrática, “condição indispensável para a emergência da contra-hegemonia e da resistência” (Iamamoto, 1998, p.143).

Os resultados da pesquisa confirmam a maior participação dos assistentes sociais nos Conselhos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, considerando a estreita relação da profissão com essas políticas sociais, ratificando o resultado da pesquisa sobre o perfil

profissional do assistente social no Brasil, realizado em 2004, promovido pelo Cfess, que indica a concentração de 25,12% de profissionais participando de Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e 35,45% de Conselho Municipal da Assistência Social.

O conselheiro assistente social exerce seu processo de trabalho num campo privilegiado de controle social e de apreciação de macropolíticas. Nessas condições, ao exercer a função de conselheiro, o desempenha fazendo uso de seu conhecimento específico já que lida com objetos que têm afinidades com os objetivos da sua profissão, qual sejam: a questão social e as políticas sociais relacionadas a essa questão. Desempenha o mandato utilizando-se de seus conhecimentos teórico-operativos pondo-os a serviço das causas e finalidades do conselho. A função de conselheiro, no caso do assistente social, contempla uma faceta do seu exercício profissional que é sua intrínseca dimensão política. Aliás, nos conselhos, o Serviço Social realiza de modo visível sua dimensão política, posto serem estes por excelência, *locus* de fazer política. (Iamamoto, 1998, p.124)

Dessa maneira, a ampliação da participação dos assistentes sociais nos Conselhos Municipais de Educação é primordial, desvelando informações coletadas por intermédio da investigação sistemática que retratem a realidade concreta dos usuários da política de educação, tornando públicas suas demandas e interesses. Outra contribuição importante do assistente social é a de motivar e mobilizar a participação de representantes da comunidade escolar nos conselhos de direito pertinentes, ampliando a presença ativa nos instrumentos legais de controle social.

Nesse sentido, é preciso que ocorra uma:

[...] reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade, que contribua para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam. (Iamamoto, 1992, p.130)

A interpretação do serviço social em relação à política de educação brasileira é uma referência fundamental para compreender os meandros da legislação vigente e os embates de sua concretização, identificando as possibilidades para efetivar uma prática profissional coerente com os princípios e diretrizes do projeto ético-político profissional na contemporaneidade.